

# Programa de saneamento ambiental

**ÉDERTON MARQUES**  
BRASÍLIA

Proteger os recursos hídricos do Distrito Federal. Esse é o principal objetivo do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF, o Brasília Sustentável, que deve começar a ser implementado no início de 2007. Duas bacias hidrográficas, a do Descoberto e a do Paranoá, serão diretamente beneficiadas pelos US\$ 115 milhões que o governo negocia com o Banco Mundial (Bird).

Na Bacia do Paranoá, o programa prevê investimentos pesados na Vila Estrutural e em Vicente Pires. No primeiro caso, onde existe um lixão aberto, serão gastos US\$ 31 milhões para levar saneamento básico completo aos 55 mil moradores da cidade.

"A idéia é retirar o lixão do local e recuperar ambientalmente a área. Além, é claro, de levar esgoto e água encanada a cada casa", salientou a secretaria de Captação de Recursos Financeiros, Rossana Rêgo.

Em Vicente Pires, onde moram cerca de 45 mil pessoas, há sérios problemas ambientais como o aterro de nascen-

Marcos Brandão



Depósito de lixo na Vila Estrutural

tes. No local, o programa implantará infra-estrutura para garantir a boa qualidade da bacia hidrográfica.

"Não podemos deixar o Lago Paranoá ser poluído novamente. Por isso, essas duas ações são fundamentais para a boa qualidade de vida dos moradores do DF", afirmou Rossana Rêgo.

Parte dos US\$ 115 milhões serão aplicados na Bacia do Descoberto, mais precisamente

na cidade de Águas Lindas (GO). O governo considera fundamental a aplicação de recursos no Entorno para preservar o meio-ambiente. A barragem do rio Descoberto responde por 65% do abastecimento de água do DF.

O montante negociado com o Bird exige uma contrapartida do governo local. Do total dos recursos, 50% serão emprestados pelo Banco Mundial e os outros 50% custeados pelos cofres do GDF.

O contrato para o início da relação foi assinado em fevereiro deste ano, após dois anos de negociação para receber o aval da União. Isso porque nenhuma unidade da Federação pode contrair empréstimos internacionais sem a autorização do governo federal.

Mas o repasse dos recursos só deve começar a ser feito no próximo ano. A Agência Reguladora de Águas e Saneamento (Adasa) será a administradora do programa.